

Sumário

1 Introdução	1
2 Notas sobre a Dignidade da Pessoa Idosa: a Crise Habitacional e o Mínimo Existencial	5
2.1 Dignidade da pessoa humana: histórico e conceitos iniciais	7
2.1.1 Do conceito de dignidade da pessoa humana no século XX	7
2.1.2 O conceito de dignidade da pessoa humana	10
2.1.3 Da dignidade aos direitos humanos e fundamentais	11
2.2 direitos fundamentais personalidade e patrimônio mínimo.....	13
2.2.1 Dignidade, personalidade e liberdade	13
2.2.2 Dignidade e patrimônio mínimo.....	14
2.2.3 Dignidade e direitos sociais.....	16
2.3 Direito à moradia e dignidade da pessoa humana	18
2.3.1 Direito à moradia e direito à habitação	18
2.3.2 Direito à moradia adequada e dignidade da pessoa humana.....	21
2.3.3 O Direito de acesso à habitação.....	22
2.4 A proteção internacional ao direito à moradia	24
2.4.1 Da Declaração Universal à Declaração de Vancouver.....	24
2.4.2 Da Resolução nº 4 da ONU à Declaração de Istambul ...	25
2.4.3 Da Carta Mundial pelo Direito à Cidade à Agenda 2030.....	27
2.5 A crise de moradia e a dignidade humana	28
2.5.1 A industrialização europeia e a abolição da escravatura no Brasil.....	29

2.5.2 A informalidade da moradia e o fim do Banco Nacional da Habitação	32
2.5.3 A mercantilização da moradia	33
2.6 O direito à moradia adequada e o mínimo existencial...	36
2.6.1 O núcleo essencial dos direitos sociais.....	36
2.6.2 O núcleo essencial do direito social à moradia e o mínimo existencial	39
2.6.3 O direito à moradia adequada e a dignidade da pessoa humana.....	42
3 Pessoas idosas e direito à moradia: proteção, dignidade e autonomia	45
3.1 A vulnerabilidade das pessoas idosas	46
3.1.1 O envelhecimento e a vulnerabilidade.....	46
3.1.2 O envelhecimento e a perda da autonomia.....	48
3.1.3 A vulnerabilidade da pessoa idosas como conceito jurídico	50
3.2 Proteção internacional das pessoas idosas.....	51
3.2.1 A necessidade de proteção jurídica integral das pessoas idosas	51
3.2.2 As pessoas idosas no sistema global de proteção aos direitos humanos	52
3.2.3 As pessoas idosas no sistema regional de proteção aos direitos humanos	53
3.3 Proteção constitucional das pessoas idosas	55
3.3.1 A constitucionalização da proteção às pessoas idosas	56
3.3.2 A percepção do constituinte acerca da vulnerabilidade das pessoas idosas	57
3.3.3 O direito ao envelhecimento na Constituição de 1988....	59

3.4 A autonomia do idoso e sua proteção jurídica	61
3.4.1 Idade avançada e autonomia	61
3.4.2 A Política Nacional do Idoso	62
3.4.3 O Estatuto do Idoso	63
3.5. O direito à moradia e a dignidade das pessoas idosas ...	65
3.5.1. Direitos específicos das pessoas idosas	65
3.5.2 A obrigação de tutela solidária na tutela da pessoa idosa.....	66
3.5.3 O direito à preservação dos laços comunitários e familiares.....	68
3.6 O direito à moradia do idoso e a proteção de sua autonomia	69
3.6.1 As instituições de longa permanência	69
3.6.2 Entre as instituições de longa duração e a habitação solitária	70
4 O idoso endividado: direito à moradia e lei do superendividamento	77
4.1. Conceitos iniciais.....	78
4.1.1. O conceito de consumidor.....	78
4.1.2. A vulnerabilidade do consumidor	79
4.1.3. Da presunção de vulnerabilidade à hipervulnerabilidade.....	80
4.2. A hipervulnerabilidade do direito do consumidor do idoso	82
4.2.1. O conceito de hipervulnerabilidade	82
4.2.2. Os critérios da hipervulnerabilidade no Direito do Consumidor	84

4.2.3. Da hipervulnerabilidade do Direito do Consumidor do idoso à segurança jurídica da posse.....	85
4.3 O superendividamento das pessoas idosas.....	86
4.3.1 O conceito de superendividamento	86
4.3.2 O superendividamento por necessidades de saúde.....	88
4.3.3 O superendividamento resultante do consumismo	90
4.4 A dependência familiar da renda da pessoa idosa.....	91
4.4.1 O papel econômico do idoso no contexto de crise ...	92
4.4.2 A dependência da aposentadoria	93
4.4.3 O endividamento por despesas correntes.....	94
4.5. O crédito e o superendividamento: a necessidade de soluções	95
4.5.1. A facilitação da contratação do crédito consignado	96
4.5.2. A facilitação do crédito consignado durante a pandemia de Covid-19	97
4.5.3. A necessidade de tratamento jurídico do superendividamento	99
4.6 A lei do superendividamento e o direito à moradia dos idosos: a questão do artigo 104-a, §1º, do código de defesa do consumidor.....	101
4.6.1 A educação financeira e a vulnerabilidade do Direito do Consumidor.....	101
4.6.3 A repactuação de dívidas e a exclusão dos contratos imobiliários.....	105
5 Considerações Finais.....	109
Referências.....	121